

29 APR 1993

LEGISLATIVO

Líderes vêem Congresso desmoralizado e riscos de crise institucional

por José Casado

de São Paulo

Líderes políticos se mostram perplexos e preocupados com a dimensão do protesto dos eleitores nas urnas, no plebiscito da semana passada.

A ausência foi recorde, de acordo com o mapa final da apuração feita pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE): 23,3 milhões de pessoas (25,8% do eleitorado) decidiram não votar, embora a lei os obrigue.

De cada quatro brasileiros que resolveram ir às urnas, três fizeram uma cristalina manifestação de repúdio, na cédula, às propostas de mudanças na estrutura política do País, que redundavam na ampliação do poder e do papel institucional do Legislativo.

"O Parlamento foi desmoralizado", constata Gustavo Krause, deputado federal e ex-ministro da Fazenda. "Os eleitores votaram contra o Congresso, a instituição, não o dissociando dos congressistas, que, por sua vez, ainda não se deram conta do tamanho dessa tragédia."

Não há dúvidas de que o Congresso foi duramente atingido. "Os políticos se desqualificaram", acrescenta Antonio Delfim Netto, deputado e ex-ministro da Fazenda e do Planejamento. "E tudo isso porque não respeitaram a inteligência do eleitor", acrescenta.

O resultado pode ser entendido como um voto de desconfiança no Legislativo, uma espécie de "gesto de desespero", nas palavras de Delfim Netto, diante da falta de perspectiva de solução política para a crise que o País enfrenta há longo tempo.

"Estamos numa situação tão complexa e grave que, se nada for feito, ou seja, se o Congresso não entender que precisa agir rápido, vamos caminhar para uma crise institucional, com possibilidade até de uma intervenção militar", diz Paes Landim, deputado, um dos coordenadores da Frente Presidencialista, que recebeu o respaldo de 55,4% dos votos válidos. Ele é conhecido com um dos congressistas mais moderados.

Dias atrás, junto com o senador Marco Maciel, discutia com um grupo de cientistas políticos a montagem de uma série de seminários, depois do plebiscito, onde se discutiria a reforma do Estado. A certa altura, a pesquisadora Celine Amaral Peixoto tirou-lhes o fôlego com uma pergunta: "Mas, senhores, como é que o Congresso pode pensar em reformar o Estado brasileiro, sem antes reformar a si próprio?"

O deputado Krause, que atuou na derrotada Frente Parlamentarista, encontrou platéias mais duras, às vésperas do plebiscito. Em um debate com funcionários do Tribunal Regional do Trabalho, em Pernambuco, a maior parte das perguntas que recebeu era sobre uma verba de Cr\$ 400 milhões (US\$ 11,7 mil) que cada deputado federal receberá neste ano como auxílio extra para "tratamento odontológico".

"As pessoas não estão distinguindo a instituição dos parlamentares", insiste, "eu não tenho poço, não tenho fazenda, não tenho nada disso aí que está caracterizando a imagem do tradicional político nordestino, mas estou sendo visto assim, também". E completa: "Acho que todos nós, políticos, viramos 'Inocêncios' na visão do eleitorado", diz, numa alusão aos escândalos em que se envolveu, às vésperas do plebiscito, o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira.

A desilusão dos eleitores com a organização política do País, pondera Krause, evidencia-se na opção da esmagadora maioria que foi às urnas pelo "voto no despota esclarecido, o presidente que, supostamente, poderia governar sozinho e dar um jeito nisso tudo que está aí. Com isso, perde a democracia. E, por isso, comecei ver, na Frente, a real possibilidade de uma 'fujimorização' do País".

Essa hipótese significaria uma crise institucional semelhante à que ocorreu no Peru, meses atrás, onde o presidente Alberto Fujimori deu um golpe, com

apoio dos empresários e das Forças Armadas.

"Sei que não é uma visão otimista", diz, "mas é o que estou vendo, ouvindo e constatando nesses últimos 40 dias em que andei por quase todos os estados. Se nada mudar, na campanha presidencial do ano que vem vamos ter o povo dando enorme energia plebiscitária a qualquer um dos candidatos, que, depois, não conseguirá governar sozinho e aí vai começar a acusar o Congresso de bloquear as reformas necessárias."

A distância do Legislativo há outros com idêntica visão. É o caso, por exemplo, do cientista político Bolívar Lamounier, do Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, que prepara uma análise sobre os resultados das urnas.

"O verbo 'fujimorizar' está sendo conjugado nos mais variados setores nas últimas semanas", observa Lamounier, que passou os últimos três meses entrevistando políticos, sindicalistas, empresários e chefes militares. "De uns 40 dias para cá mudou muito o clima na área militar."

"O verbo fujimorizar está sendo conjugado"

Até o final do ano passado, com o processo de 'impeachment', eles faziam questão de dizer, em público, que não queriam nada com a política. Agora, o clima mudou e por isso é que estou falando sobre a disseminação da idéia de se 'fujimorizar' o País."

Já não bastam, ele nota, as velhas táticas políticas de denúncias e protestos contra a idéia em si de um golpe nas instituições democráticas. E nem são mais suficientes salvaguardas em artigos constitucionais.

"O Congresso tem é que fazer um 'mea culpa' sério, abandonando os simplismos tradicionais", acrescenta. "Precisa, primeiro, ter noção do desastre que o País acaba de enfrentar, com a desmoralização do plebiscito, pelos próprios políticos e pela imprensa, também, que teve um papel importante nisso. Entramos numa etapa de extraordinário perigo e os congressistas ainda não se deram conta disso."

Talvez seja algo ocasional, raciocina o deputado Delfim Netto, fruto de um momento em que a emoção do eleitorado manifesta-se contra o Congresso. "Afinal, a campanha do plebiscito foi feita em cima dos defeitos dos políticos, violentando a história. Quem sabia alguma coisa da história do Brasil, no final, sabia menos. E houve até fraude: a campanha do presidencialismo foi montada sobre a mentira."

Mesmo que se trate de uma reação momentânea do eleitorado, Delfim Netto julga que reflexos serão sentidos na campanha presidencial. "O eleitor está começando a tender a votar em candidatos mais experientes, rejeitando os mais visíveis atualmente, como o Lula e outros que estão por aí aporrrinhando sua paciência."

É certo que o voto de desconfiança dado ao Legislativo representa a vontade de mudar, complementa o deputado Paes Landim. "E a saída é começar reformando o próprio Congresso, mudando todo o sistema eleitoral e partidário que temos. E só temos até outubro para fazer isso, porque a Constituição determina que qualquer mudança nas regras só pode ser feita até um ano antes da eleição."

Para uma instituição que há menos de quatro meses derrubou um presidente da República, o Congresso enfrenta um desgaste em velocidade supersônica. "Se há uma coisa positiva nisso tudo", pondera o deputado Krause, "é a constatação de que estamos assistindo à emergência de uma sociedade forte neste País". Faz uma pausa e completa: "Uma sociedade forte, para o bem ou para o mal".

RESULTADO FINAL DO PLEBISCITO — BRASIL	
Forma de Governo	Sistema de Governo
República — 66,06% Monarquia — 10,21% Branco/Nulos — 23,73%	Presidencialismo — 55,40% Parlamentarismo — 24,65% Branco/Nulos — 19,95%
Total de votantes Abstenções	67.010.241 (74,24%) 23.309.108 (25,76%)
Fonte: TSE.	